

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

Título: Impopular, PMDB atrai nomes com promessa de fundo e tempo de TV	7
Título: RenovaBio deve ir para o Congresso em outubro, diz setor de biodiesel	9

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: 'O Brasil está aprendendo a dar a descarga'	2
Autor: Ancelmo Gois	7
Título: O melhor vem depois	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Impopular, PMDB atrai nomes com promessa de fundo e tempo de TV	7
Título: RenovaBio deve ir para o Congresso em outubro, diz setor de biodiesel	9
Título: Carro elétrico encara dilemas como rede de recarga e elitização da frota	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Um bilionário quase anônimo	11
Título: Eletrobras, a próxima fronteira	12
Título: China acelera ritmo de investimentos no Brasil	13

Título: Projetos consolidam presença no país.....	15
Título: Visão estratégica e de longo prazo	16
Título: Interesse em energia	18
Título: Vamos construir uma nova Cemig	20

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Sonia Racy

Título: 'O Brasil está aprendendo a dar a descarga'

Direto da fonte

Encontros Fafá de Belém

Cantora e musa das diretas analisa cenário político e fala da paixão pelo Círio de Nazaré

“Tem pimenta, tem tucupi, tem farofa, tem caranguejo, tem duas bandas de pescada!”, anunciou Fafá de Belém a seus convidados. Na mesma hora, a cantora decidiu: “Vamos fazer uma farofa de camarão seco.” O prato foi servido como entrada do jantar para amigos em sua cobertura, em São Paulo, na semana passada. Na ocasião, ela divulgou a 7.ª edição do Varanda de Nazaré, projeto que reúne artistas em Belém do Pará para o Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Pouco conhecida em outros cantos do País, a manifestação religiosa é celebrada por mais de dois milhões de pessoas no segundo domingo de outubro – e uns dias antes e depois. “É mais importante que o Natal”, garantiu a cantora à repórter Paula Reverbel.

“As pessoas pintam a casa, mudam a mobília e se juntam desde o café da manhã na expectativa da passagem de Nossa Senhora.” Fafá pretende, com a iniciativa, ser uma espécie de embaixadora da cultura paraense no resto do País. Ao comentar seu outro título informal – o de “Musa das Diretas Já” – Fafá disse que o Brasil ‘ainda engatinha’ no exercício da democracia e que o aprendizado não é rápido. “Depois de 35 anos de Estado democrático, a gente está dando a descarga”, afirmou, irreverente, sobre a situação política do País. A artista também criticou os pedidos recentes por eleições diretas, lamentou a

situação do Rio e defendeu a preservação da Amazônia como um tema que tem o poder de aglutinar as diversas ideologias correntes. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Por que fazer um projeto relacionado ao Círio de Nazaré?

O Círio de Nazaré é tão grandioso, são dois milhões de pessoas, quase três milhões, que eu acho que o olhar que se tem de dentro do Pará é que todo mundo sabe o tamanho do Círio. E a minha perplexidade foi saber – já morando aqui, já cantora, já circulando – que as pessoas não sabiam o que era. Acho que falta um cuidado e um olhar mais delicado sobre essa procissão. O sábado e o domingo, somados, são muito mais que três vezes todo o carnaval da Bahia. E eu comecei a pensar no que seria fazer alguma coisa que pudesse ajudar pessoas de diferentes olhares, de olhar “estrangeiro”, a entender esse Pará, reconhecer essa gastronomia, olhar coisas como a decoração ou a arquitetura. E por um tempo maior do que os dois dias ou a semana do Círio.

Então o projeto é para que você seja uma espécie de embaixadora da procissão?

Exatamente. Não só da procissão, mas do “paraensismo”. Porque a procissão é uma procissão de fé, independente da religião. Claro que a religião católica é a que está à frente, por causa de NS de Nazaré, mas todos vão ao Círio. É mais importante que o Natal, é o grande encontro da família. As pessoas pintam a casa, trocam a roupa, mudam a mobília e se juntam desde o café da manhã na expectativa da passagem de Nossa Senhora. A cidade toda já tem Nossa Senhora de tudo que é jeito: de balão, riscada, imagens, berlindas. Ela é tão próxima da gente que ninguém chama de “Nossa Senhora de Nazaré”. Ela é a confidente, é a mãe, a mãezinha, é amiga. Para ela se dizem coisas que não se diz a ninguém. Então ela é “Naza”, “Nazinha”, “Nazica”, “Nazarezinha”. É nossa mãe, mãezinha, colega, entendeu?

Onde mais tem o Círio?

Agora o Rio de Janeiro tem uma comunidade paraense grande e tem Círios fortes: tem um na Tijuca já há muitos anos. E Dom Orani, que já foi arcebispo de Belém, promove um Círio no Leme e em Copacabana e outro em Acari, onde tem uma comunidade paraense. Eu há três anos faço o Círio de São Paulo, aqui em Osasco.

E o que você faz em Belém?

Durante três anos eu procurei parceria, até que encontrei o Maurício Magalhães, que fez o primeiro camarote de carnaval, quando o conceito era

esse também, trazer olhares diferenciados e que tivessem uma condição de conforto para assistir.

Quem você chama?

As pessoas que eu levo como convidadas – artistas, cantores e tal –, quando o povo passa embaixo ele se sente feliz e orgulhoso por aquela pessoa estar vindo ver a nossa fé. Tem coisas assim, a Marília Gabriela foi assistir e o povo começou a olhar para ela e apontar, e ela disse: “Fafá, o que está acontecendo?” E eu disse: “Estão falando seu nome.” E ela: “É impossível, eles estão rezando.” E eu disse: “Não, faz um aceno para eles.” E ela: “Mas eu não posso, isso é a corda.” E eu disse: “Faz um aceno para eles, Gabi.” Aí ela fez e a corda respondeu: “De frente com Gabi! De frente com Gabi!” Então tem uma felicidade, uma alegria em estar naquele momento.

Como são as festas no Círio?

Entre a procissão noturna e a diurna acontece a Festa da Chiquita, que é o maior baile LGBT – e que acontece no meio da procissão. A procissão noturna passa, a imagem da Nossa Senhora para diante do palco da Festa da Chiquita, com todos já montados de transformistas, de drags e tal, e de mãos dadas rezam uma Ave Maria e a procissão anda. Quando acaba a procissão, começa a festa. Às quatro da manhã toca um apito porque elas vão para casa acompanhar a procissão. Então tem a entrega do “Veado de Ouro”, e esse ano o Veado de Ouro vai ser de Glória Peres (risos). E tudo tem uma alegria. A fé não é exclusiva, é inclusiva. Debaixo do manto de Nossa Senhora cabem todos.

Aproveitando a deixa, como você vê a polêmica das terapias de reversão sexual, da cura gay?

Eu acho que eles, as pessoas a favor da cura gay, deveriam ir ao Círio de Nazaré. Falta a eles amor por si próprio, perdão para si próprio, capacidade de olhar para o outro e, fundamentalmente, espírito de liberdade para viver. Quem precisa ser curado são eles. E quem acha que alguém tem que ser curado é porque o incomoda. Eles deveriam ir ao Círio de Nazaré e entender o que é amor, o que é liberdade, o que é afeto, o que é abraço e o que é cura, que é a fé.

Já que você foi ativista na época das Diretas Já, o que acha do atual cenário político do País?

Bom, eu participei ativamente das diretas, e todos nós estávamos em torno de uma causa. Centro-direita, centro-esquerda, esquerda, quem quisesse um Estado democrático. Já àquela altura a classe política era muito desacreditada, então os intelectuais, artistas, cantores – as pessoas que falavam com o povo

sem interesse de ser governante – fizeram a ponte com a política. Bom, aquilo foi um grande mutirão. Mesmo não aprovando as diretas, elegemos o primeiro presidente civil depois de quase quarenta anos de ditadura e aí começa o exercício da democracia, que não é rápido. É como uma criança que aprende a andar e engatinha, toma tombo, cai de cara. Eu acho que ainda estamos tomando muito tombo. A gente está aprendendo a dar a descarga. Essa é a grande evolução.

É dessa forma que explica o cenário atual?

Depois de 35 anos de Estado democrático, a gente está dando a descarga. É muito grosseiro e chulo, mas é a única forma como eu consigo olhar o que está acontecendo no País. Nunca imaginei ver tanques nas ruas do Rio de Janeiro. Ver na televisão corpos sendo empilhados. Uma semana para se tomar uma decisão sobre o que fazer para a população da Rocinha, de proteger quem não tinha nada a ver com a guerra do tráfico. O narcotráfico se organizou e o Estado não. O Estado foi conivente, fez parcerias, propôs acordos, virou as costas conquanto não incomodassem na Olimpíada, não incomodassem na Eco-92. Cheguei no Rio de Janeiro e a cidade estava sitiada. Ou seja, a contravenção está organizada e o Estado com as calças no joelho. O menino que entrega um papelote vai preso. Quando a mãe de um garoto desses é levada a entregar um papelote, apodrece na cadeia. E a mulher do Sérgio Cabral sai porque tem filhos adolescentes. Que País é esse?

E o que achou dos pedidos mais recentes por diretas?

Eu faço parte de vários grupos onde me colocam (no WhatsApp) e eu vejo coisas inacreditáveis. Um discurso sem base nenhuma que pede eleições diretas a um ano de uma próxima eleição, o que paralisaria o País. Não poderia ser eleição direta (se Temer caísse agora), teria que ser indireta. Quer dizer, a pessoa (que sugeriu) nem leu, nem sabe o que acontece. Não sabe se vai ser o Rodrigo Maia ou o Eunício de Oliveira (que assumiria após uma eventual saída do Temer). E aí depois vão fazer uma eleição indireta... Ou seja, eu vejo tanta bobagem sendo falada, tanta coisa, tanto post de internet para ganhar mais view, sem um projeto político.

Qual o projeto político que mais lhe interessa hoje?

Eu acho que o único tema que surgiu agora e que pode reaglutinar este País de uma forma maior e através da discussão, de tomar consciência real do grave problema que nós passamos e que estamos vivendo é o tema Amazônia. Ainda está superficial, mas pode unir todo o Brasil – começa na Amazônia mas vai para o Pantanal, para os pampas, vai para a preservação do que nós temos. Nós vivemos na Amazônia, no maior continente hídrico do mundo, o maior do

planeta! E o caboclo não pode beber água do rio que passa na frente dele porque é o mercúrio do minério, é a contaminação da água pelas embarcações que jogam os dejetos ali quando passam.

Acha que o tema da Amazônia pode aglutinar assim como a causa das Diretas Já?

Exatamente, que aí você junta pessoas de vários partidos, de vários olhares, em prol de uma coisa positiva para o Brasil. Eu acho que cada um pode continuar com o seu partido que seja, enfim, mas o Brasil nesse momento tem que parar e refletir sobre o que está acontecendo conosco. E a Amazônia é um símbolo fabuloso.

Tem também uma pauta de interesse específico da população do Pará?

Sim, há outro problema gravíssimo em relação, por exemplo, ao Estado do Pará – que é a tal da Lei Kandir (que regula o imposto cobrado na circulação de mercadorias entre os Estados) que o (ex-deputado) Antonio Kandir fez. O que acontece? O minério é retirado, o buraco é feito, o buraco é deixado. O minério é escoado pelo porto do Maranhão, que é quem recebe os impostos, e nós ficamos com o buraco e com a desgraça social. Então a tal da Lei Kandir não nos deixa nada para recuperar aquele buraco. Não nos deixa um tostão do minério nosso, que foi tirado. O minério tem que ser usado? Tem que ser usado, mas de uma forma racional, de uma forma que preserve o entorno.

O que achou da polêmica em torno da renca?

Quando falo da questão da Amazônia, você vê: tem uma mobilização nacional – de artistas, formadores de opinião de vários segmentos – que pressionou de tal forma que o Temer “caput”. Como é que pode aprovar uma coisa na surdina? Baixar um decreto sem ter ouvido sequer o ministro do Meio Ambiente? Ouviu na porrada porque a grita foi grande. Já basta. Basta Belo Monte. Está lá com três turbinas funcionando, vai acabar com o Xingu. Se Deus quiser, aquela porra quebra toda. Tem 19 hidrelétricas programadas para serem feitas no rio Tapajós! Em um país que tem vento constante! É pra quê? Pra roubar, para superfaturar. Porque com a energia eólica, que é uma energia limpa, eles podem roubar muito menos do que construindo uma hidrelétrica absurda e destruindo povos ribeirinhos.

Como vê o radicalismo e a polarização política atual?

O radicalismo começou há algum tempo, né? Desde que fomos separados em “nós” e “eles”. Ia dar nisso. Não é surpresa que ia dar Lula e Bolsonaro. A luta armada foi cantada de verso em prosa. Uma amiga minha de 20 anos brigou comigo porque eu disse que achei interessante uma conversa entre Fernando

Henrique Cardoso e Jô Soares, que não tinha a ver com política. Ela me desacatou no Instagram e não pegou no telefone para me ligar. Passei dias mal. Eu sou de um tempo em que política se fazia com discussão. Em que o Estado democrático era uma conversa dos opostos. Hoje é um ódio correndo as escadas, para defender pessoas e partidos que estão se lixando para nós. Tem o mensalão, o canecão, o garrafão... Eu não sei em quem vou votar.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: O melhor vem depois

A ExxonMobil, a maior de todas as petroleiras e que voltou em grande estilo a investir no Brasil, prepara-se, depois de mostrar os dentes nesse último leilão da ANP, para uma dentada maior em 27 de outubro, na terceira rodada. São quatro áreas do pré-sal: Peroba, Pau-Brasil, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central.

Refresco de petróleo...

Aliás, antes mesmo do sucesso desse leilão da ANP, as empresas de petróleo sediadas no Rio receberam acenos de que o governo Pezão vai abrandar algumas medidas fiscais em relação a elas. As medidas foram tomadas depois que o preço do petróleo desabou e os cofres do Rio ficaram mais secos do que os poços de Eike Batista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DANIEL CARVALHO DE BRASÍLIA

Título: Impopular, PMDB atrai nomes com promessa de fundo e tempo de TV

O PMDB vem passando por um processo de engorda para as eleições de 2018 apesar dos altos índices de impopularidade do presidente Michel Temer e de ser um dos principais alvos da Lava Jato.

Com as maiores bancadas da Câmara (61 deputados) e do Senado (23 senadores), o partido tem como atrativos dois pontos importantes para o ano que vem: grandes fundo partidário e tempo de TV.

Além disso, se a Câmara e o Senado aprovarem nesta semana a proposta de reforma política do deputado Vicente Cândido (PT-SP), o PMDB terá a maior

parcela do fundo eleitoral, cerca de R\$ 275 milhões, para financiar as campanhas.

Dirigentes do partido não falam em números, mas, a um ano da disputa, as negociações se intensificam.

A maioria das mudanças de legenda ocorrerá somente em março, quando fica aberta a janela eleitoral para troca de partidos.

A disputa por nomes da ala governista do PSB com o DEM é apenas a frente mais visível da atuação peemedebista.

O partido de Temer já venceu a primeira batalha e levou o senador Fernando Bezerra Coelho, antes filiado ao PSB de Pernambuco.

O anúncio da mudança gerou atrito entre aliados de Temer e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que acusou o presidente nacional do PMDB, Romero Jucá, e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral) de atuarem para enfraquecer o DEM.

A ida do senador leva ao partido também três deputados estaduais, três federais e alguns prefeitos.

A conta inclui seus dois filhos que estão na política, o prefeito de Petrolina (PE), Miguel Coelho, e o **ministro Fernando Filho (Minas e Energia)**, que deve disputar o governo de Pernambuco.

Outro que está em negociação avançada com o PMDB é o líder do governo no Congresso, o deputado André Moura (PSC), que deve ficar com o comando do partido em Sergipe e disputar o Senado no ano que vem.

Na última semana, surgiu a especulação de que o ministro tucano Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) pode disputar o Senado pela sigla, assumindo o comando do PMDB na Bahia, antes nas mãos de Geddel Vieira Lima, preso depois que a Polícia Federal apreendeu R\$ 51 milhões em um apartamento.

Irmão de Geddel, o deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) não fala sobre o assunto.

Imbassahy nega haver qualquer tipo de negociação.

Uma liderança do partido afirma que este não é o momento para se fazer qualquer movimento na Bahia.

ESTADOS

Peemedebistas dizem que Jucá espera fazer oito governadores nas eleições do ano que vem, um a mais que a legenda tem hoje –Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Correligionários de Jucá estimam que o partido terá algo em torno de 15 candidatos.

Veem possibilidades de candidaturas em Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte, Maranhão, Amazonas e Pará.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: RenovaBio deve ir para o Congresso em outubro, diz setor de biodiesel

A indústria de biodiesel projeta que o RenovaBio, programa federal voltado ao setor, seja encaminhado ao Congresso na semana de 15 de outubro, segundo a Aprobio, associação do segmento.

O projeto, que teve suas diretrizes definidas no fim de junho, não foi enviado para votação até agora por divergências internas no governo.

"Não há temor de como o projeto vai sair. O que existe é pressa. Independente do texto, a proposta será discutida na Câmara e no Senado, e haverão ajustes nesse processo", afirma Erasmo Battistella, presidente da entidade.

O MME (Ministério de Minas e Energia) e a Casa Civil afirmam que não há uma definição sobre o tema.

O mercado rebate os questionamentos de que as mudanças elevariam o preço do combustível. "A inflação ocorre com ou sem o biodiesel."

A proposta apresentada pela Fazenda para que as emissões de carbono fossem taxadas diretamente pelo governo também é rechaçada, diz Donizete Tokarski, da Ubrabio, outra entidade do segmento.

A indústria defende que as empresas comercializem créditos de descarbonização.

A projeção é que o programa saia junto com a antecipação do B10 —taxa obrigatória de 10% de biodiesel no diesel comum, outro pleito do setor.

Hoje, a exigência é de 8%, e a previsão legal é de uma alta para 9% em março de 2018 —para 10%, só em 2019. A antecipação dos 10% para o próximo ano está em estudo, mas não há decisão, diz o MME.

A medida reduziria a ociosidade das companhias, hoje em 40%, para até 15%. "As importações de diesel cresceram 60%, enquanto a indústria está ociosa. É um contrassenso", diz Battistella.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Carro elétrico encara dilemas como rede de recarga e elitização da frota

Perto de chegarem às ruas em larga escala, as feições dos carros movidos a eletricidade começam a mudar. Os protótipos de linhas futuristas vão sendo substituídos por modelos que remetem ao passado.

O Honda Urban EV apresentado nesta semana no Salão de Frankfurt lembra o primeiro Civic, lançado em 1973. Na Volkswagen, o iD Buzz traz a velha Kombi à memória.

Apelar ao emocional é estratégia antiga de conquista. As marcas sabem que a mobilidade elétrica é o único caminho possível para o automóvel, seja autônomo, compartilhável ou de uso privado. É a certeza em meio a tantas dúvidas.

Em paralelo, questões como quão limpos serão os novos automóveis despertam discussões que consideram toda a cadeia de energia. Ainda não há solução definitiva para o descarte das baterias nem estrutura urbana de recarga tão eficiente quanto postos de gasolina.

Tudo isso leva a outro problema: até que exista um volume grande o suficiente de veículos elétricos em circulação, até mesmo com opções entre os carros usados, esses modelos estarão restritos aos mais ricos.

Vejamos o caso do Brasil: automóveis tornaram-se mais acessíveis com o surgimento dos populares, acompanhados de prazos camaradas de financiamento. Pessoas que nem sequer sonhavam em ter um zero-quilômetro adquiriram seus 1.0 —e, por vezes, entraram em dívidas que não puderam quitar.

Quando os elétricos chegarem com força –o que deve levar ao menos uma década para ocorrer no Brasil–, os carros com motor a combustão serão empurrados para consumidores que não poderão comprar um modelo politicamente correto com preço para lá de R\$ 60 mil.

Prevejo um momento curioso: jovens que se desinteressaram por veículos deverão ter o desejo reavivado. Um modelo que não polui é um grande gadget, que recupera a funcionalidade e o status do passado.

Já os carros poluentes serão, por um bom tempo, a alternativa para quem enfrenta deslocamentos longos diariamente e sonha não ter que viajar por três horas de pé em um ônibus a caminho do trabalho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Um bilionário quase anônimo

Acionista da Petrobrás e da Cemig, o banqueiro Juca Abdalla é dono de patrimônio de R\$ 5 bi

No mês passado, os rumores sobre a investida de um desconhecido Banco Clássico para comprar os 20% de participação da Andrade Gutierrez na Cemig trouxe o nome do banqueiro José João Abdalla Filho, dono de 99,99% da instituição, de volta às rodas do mercado financeiro. Aos 72 anos, o investidor é uma figura folclórica no mercado empresarial. Todo mundo já ouviu falar dele, mas poucas pessoas o conhecem pessoalmente. Apesar de ter um patrimônio de R\$ 5 bilhões, o dono do Banco Clássico é “exageradamente” discreto. Não aparece em nenhuma lista de bilionários, não dá entrevistas, não tem registro fotográfico e nunca sai em colunas sociais, mesmo sendo sócio do clube mais seletivo da elite carioca, o Country Club do Rio. Chamado de Juca Abdalla, ele é acionista de algumas das mais importantes empresas do Brasil, como Petrobrás, Eletrobrás, Cemig, Engie Energia (antiga Tractebel) e CEG Rio. O último movimento do banqueiro para ampliar sua participação na Cemig, da qual já tem 12% das ações, parece não ter decolado. Mas ainda é cedo para dizer que o investidor desistiu por completo do negócio.

Ao contrário de um investidor especulativo, ele gosta de comprar ações e continuar com elas durante anos, só recebendo dividendos. Por isso, se especializou no setor de energia – tradicionalmente um grande pagador de bônus – e multiplicou sua fortuna. Uma fonte do mercado financeiro afirma que ele estuda muito o segmento energético e sempre procura “galinhas mortas” – ações que estão muito baratas na bolsa. No último balanço do Banco Clássico,

de junho deste ano, o executivo somava R\$ 8 bilhões em ativos, sendo a maioria em ações e títulos mobiliários (descontados dívidas e outros compromissos, chega-se ao patrimônio de R\$ 5 bilhões). Ele também coleciona imóveis de todos os tipos, como casarões e prédios comerciais, além de terrenos. Solteiro, o banqueiro evita mostrar sinais de riqueza no dia a dia. Prefere os veículos populares aos modelos importados e opta pelos restaurantes por quilo.

Em vez de ternos bem cortados, gosta mesmo é de usar calça e sapatos brancos – um estilo de quem é apaixonado por carnaval e pela escola de samba Beija-Flor. Parque. A fortuna de Juca Abdalla tem origem na década de 90 com a maior indenização já paga por uma desapropriação no País. A família do banqueiro recebeu uma bolada de cerca de R\$ 2,5 bilhões do governo paulista pela desapropriação da área que hoje abriga o Parque Villa-Lobos, na capital paulista. Juca é filho do polêmico empresário J.J Abdalla, que chegou a ter 32 empresas, foi preso por não pagar impostos e teve bens e ativos confiscados pelo governo. Respondeu a mais de 500 processos por irregularidades empresariais, crimes contra a economia popular e leis trabalhistas. Apesar disso, foi secretário do governo de Ademar de Barros, na década de 40, vereador e deputado estadual e federal.

Morreu em 1988, deixando para os herdeiros a briga que travou com o governo estadual pela área do Villa-Lobos. Juca Abdalla ficou com 70% da indenização – recebida em dez parcelas, entre 1999 e 2009. O primeiro investimento foi em ações da então recém-privatizada Gerasul, hoje Engie Energia, da qual detém 10%. Mas nem sempre ele acerta. Juca também teve altos prejuízos com suas escolhas. Uma delas foi a Eneva, empresa que já foi do antigo império de Eike Batista. O banqueiro elevou sua participação da companhia durante o processo de recuperação judicial e acabou perdendo cerca de R\$ 150 milhões. Os investimentos de Juca são feitos por meio do banco – que tem apenas oito funcionários – e por fundos de investimentos. Sua discrição é tamanha que até nas empresas em que é sócio ele quase não aparece. Elege alguns conselheiros que fazem o trabalho por ele, como o vice-presidente do banco José Pais Rangel, um ex-funcionário do Banco Central, que virou seu braço direito.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Eletrobras, a próxima fronteira

Brasília-DF

Depois da Petrobras, os olhos dos procuradores se voltam para o setor elétrico. Especialmente, para a notícia de privatização da Eletrobras. Há quem esteja

desconfiado de que um seletto grupo soube antes do anúncio oficial e ganhou muito dinheiro no mercado, uma vez que as ações da empresa deram um salto de quase 50% na semana em que foi anunciada a venda da companhia, cujo modelo ainda será definido. Caberá agora à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) esclarecer esse mistério. Tem gente dizendo, à boca pequena no mercado, que virá desse setor mais uma dor de cabeça para o governo federal, em especial, para os responsáveis pelas privatizações. Tem muita gente de olho.

A bola está com o TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) é quem vai dizer ao governo se o modelo de privatização da Eletrobras terá ou não “golden share”, ação que dá poder de veto à União nas empresas privatizadas. O ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, é a favor desse tipo de ação. O da Fazenda, Henrique Meirelles, discorda.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: China acelera ritmo de investimentos no Brasil

Os chineses nunca investiram tanto no Brasil e, graças ao apetitoso — e barato — cardápio de privatizações do governo Michel Temer, é apenas o começo. Entre 2003 e 2017, foram US\$ 47 bilhões em investimento direto no país, sem contar a Usina Hidrelétrica São Simão, que o grupo chinês State Power Investment Corporation (Spic), dono da Pacific Energy, arrematou por R\$ 7,2 bilhões na semana passada. Equivalente a US\$ 2,3 bilhões, o bônus de outorga, no entanto, é um aperitivo diante da previsão de injeção de US\$ 20 bilhões nos próximos 12 meses.

Além dos preços de ocasião dos ativos brasileiros, os baixos juros praticados no mercado global e a gorda taxa de poupança da China, de 50% do Produto Interno Bruto (PIB), explicam a fome do gigante asiático, que também pretende, com o avanço voraz em vários países emergentes, fortalecer-se como líder mundial.

O secretário adjunto de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Renato Baumann, diz que o aumento da intensidade e do ritmo dos investimentos chineses no Brasil é uma coisa nova. “É um aprendizado para eles e para nós”, afirma. Baumann faz um resgate histórico para explicar o fenômeno. “As reservas da China chegaram a US\$ 4 trilhões. Hoje, são

estimadas em US\$ 3 trilhões. Grande parte estava aplicada em títulos do Tesouro americano, cujas taxas caíram muito”, conta.

O governo chinês estimulou o investimento em projetos específicos para melhorar a remuneração das suas reservas. Assim, o fluxo do capital para a América Latina, explica o secretário, começou há 10 anos, a partir de aportes nas cadeias dos produtos que a China mais consome. “Inicialmente, o foco foi em alimentos e minérios. Só recentemente, o país passou a apostar em projetos de infraestrutura”, diz.

Baumann destaca, no entanto, que é difícil explicar como os números do Banco Central sejam tão baixos. Conforme a última nota de setor externo da autoridade monetária, o ingresso de capital chinês em investimentos diretos no país foi de US\$ 879 milhões em 2016 e de US\$ 179 milhões de janeiro a agosto de 2017. “Uma dificuldade estatística é que parte disso deve passar por paraísos fiscais”, acredita.

As planilhas do Planejamento, contudo, contabilizam 180 projetos anunciados desde 2003, 87 confirmados, com injeção de US\$ 47 bilhões até 2017, sem adicionar a mais recente aquisição. “O grosso está em energia e ingressa por meio de fusões e aquisições, com a compra total ou de participação em empresas já existentes”, diz Baumann.

Se o apetite chinês já enche os olhos, o melhor está por vir, garante o presidente da Câmara Brasil-China (CCIBC), Charles Tang. “Os investimentos no Brasil estão mal começando. Nos próximos 12 meses, vão entrar mais US\$ 20 bilhões”, anuncia. A China está investindo maciçamente no mundo inteiro, mas o Brasil está no centro das atenções por duas razões, diz Tang. “Há alguns anos, todos os projetos estavam nas mãos das grandes empreiteiras no Brasil. Com a crise e a paralisação das obras, os ativos ficaram baratos”, afirma.

Domínio

O outro motivo, explica o presidente da CCIBC, passa pelas ambições geopolíticas do governo chinês. “O incentivo aos países do Brics busca formar um grupo forte o suficiente para superar o G7 (as sete economias mais ricas do mundo) e, assim, a China se consolidar como liderança mundial”, assinala.

Para Tang, o mundo desenvolvido nunca entendeu as prioridades dos países emergentes e a China quer tornar o Brics maior e mais forte politicamente. “Temos um quarto da população do mundo, 40% da economia e 40% do território mundial. Com a ampliação do Brics, a partir dos investimentos, a China terá mais voz no sistema financeiro mundial”, esclarece.

O modelo de investimento agressivo em países emergentes demonstra uma mudança significativa na arte de relações internacionais da China, avalia Tang. “Nações fortes sempre dominaram as mais fracas com armas. A China inventou uma nova maneira: envia seus empresários para comercializar e investir nos países. Não suas tropas. Assim, o rastro não é de sangue e destruição, e sim de desenvolvimento e prosperidade”, sentencia.

O incentivo aos países do Brics busca formar um grupo forte para superar o G7 e, assim, a China se consolidar como liderança mundial”

Charles Tang,
presidente da Câmara Brasil-China (CCIBC)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Projetos consolidam presença no país

Em 2017, os chineses devem aportar mais de R\$ 24 bilhões, cerca de US\$ 7,5 bilhões, no Brasil. Além da usina São Simão arrematada pela State Power Investment Corporation (Spic), que havia comprado a Pacific Energy em abril, a gigante mundial do setor elétrico State Grid pagou R\$ 14 bilhões pelo controle acionário da CPFL Energia no início do ano.

O grupo HNA assumiu a participação de 31% da Odebrecht na concessionária do Aeroporto Galeão (RJ) por cerca de R\$ 60 milhões. E, no início de setembro, a China Merchants Port Holdings adquiriu 90% da operadora portuária TCP Participações, no Porto de Paranaguá (PR), por R\$ 2,9 bilhões.

A Xangai Eletric está vindo em outubro assinar o contrato do projeto de construir uma linha de transmissão de 1,8 mil quilômetros no Rio Grande do Sul. Deve começar com US\$ 1 bilhão em investimentos”, antecipa o presidente da Câmara Brasil-China (CCIBC), Charles Tang.

Túlio Cariello, coordenador de análise do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), explica que, além do interesse maior de empresas entrantes, os chineses estão fortalecendo a presença de companhias que já estão no Brasil. “A State Grid e o Grupo Three Gorges (GTC) estão se consolidando, assim como a China Communications Construction Company (CCCC) e a HNA”, enumera.

Estudo do CEBC mostra a retomada do interesse chinês no Brasil, com o ápice dos investimentos em 2010, que depois minguaram até voltarem a crescer (veja

quadro). Uma nova fase teve início em 2015, caracterizada não apenas pelo aumento do valor investido, mas também pelo tipo de projetos nos quais as empresas chinesas têm focado sua atuação.

Em um primeiro momento, a China priorizou investimentos em atividades ligadas às commodities, que constituem a maior parte da pauta de produtos exportados pelo Brasil. Depois, as empresas chinesas buscaram oportunidades na área industrial, tendo em vista o mercado doméstico brasileiro. Um terceiro momento da relação bilateral começou quando bancos chineses se estabeleceram no país ou adquiriram participação acionária em instituições financeiras brasileiras ou internacionais já em operação no Brasil.

Oportunidades

“A parceria com bancos no mercado brasileiro facilitou aquisições e fusões, que são as principais formas de ingresso de capital chinês no Brasil”, explica Cariello. Depois disso, os aportes deslancharam, sobretudo em energia elétrica e infraestrutura. A HNA, antes de entrar na concessionária Rio Galeão este ano, comprou parcela da Azul Linhas Aéreas.

Por trás desse interesse todo, há muito mais do que a questão pragmática do investidor chinês, que vê oportunidade de ativos baratos, destaca Cariello. “Isso segue um movimento de investimento global. A China tem taxa de poupança muito alta. Houve um desinteresse dos Estados Unidos em relação à América Latina, que abriu espaço para as novas potências, como a China”, ressalta.

O coordenador do CEBC afirma que, historicamente, os EUA dominavam os investimentos na América Latina, mas a prioridade se esvaiu diante da urgência do combate ao terrorismo e também da política do presidente norte-americano Donald Trump, com foco no mercado interno. “A China aproveitou isso em toda a América Latina, mas o volume no Brasil é maior por uma questão do tamanho da economia do país”, diz. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Sinone Kafruni

Título: Visão estratégica e de longo prazo

A necessidade de aporte de capital, de modernização da infraestrutura e da geração de emprego e renda é muito maior do que os riscos de uma eventual dependência dos chineses por conta dos investimentos maciços da China no Brasil. A opinião é consensual entre especialistas do setor, que não temem pela

desnacionalização de ativos essenciais para o desenvolvimento do país, mas analisam o interesse pontual do gigante asiático.

O diretor da Macroplan, Cláudio Porto, observa que a China já é o maior importador de produtos brasileiros, com cerca de 17%. “Na sua relação com o mundo, a China tem uma visão estratégica sofisticada e de longo prazo”, diz. Isso explicaria grande parte do interesse deles pelo Brasil. “Podemos ser grandes fornecedores de commodities agrícolas e minerais e de alguns produtos intermediários ou mesmo industrializados, e somos um grande mercado para manufaturados chineses, além de demandantes de capital físico (infraestrutura) e financeiro”, contextualiza.

Por esse ponto de vista, avalia Porto, o grande interesse da China em investir no Brasil tem como motivação principal a conquista de posições a longo prazo e também um certo oportunismo. “O Brasil está muito barato e oferece oportunidades valiosas, especialmente no setor elétrico”, assinala. Além disso, complementa, a China tem cacife para exercer opções de investimento de longo prazo no Brasil e correr o risco-Brasil. “Eles têm muito capital, e a um custo baixíssimo. Ou seja, nossas oportunidades de investimento são atrativas para os chineses, mesmo com taxas de retorno mais demoradas”, afirma.

Como o mercado consumidor chinês é gigante e cada vez mais demandante, garantir suprimentos a longo prazo é um bom negócio para a China. “Todas as evidências indicam que os chineses serão players com presença crescente nos investimentos e nos negócios no Brasil”, resume.

O risco de dependência, explica Porto, está nas mãos do Brasil. “Se o país estruturar uma boa regulação, reforçar sua capacidade diplomática e montar uma boa estratégia de abertura e relação comercial e de negócios com o mundo, os benefícios que teremos com a presença de capital estrangeiro aqui serão muito maiores do que os riscos.”

Soberania

Para Cláudio Frischtak, presidente da InterB Consultoria, a China tem uma taxa de poupança fora da curva. “Com poupança de 50% do Produto Interno Bruto (PIB), é normal que parte escape para fora do país. A Coreia do Sul tem 35%, e já é bom. No Brasil, temos 15%”, compara. O governo chinês tem uma política de estimular, mas controlar os investimentos fora da China, tanto que, no país, o grosso do aporte não é em projetos greenfield (começando do zero), nos quais há risco ambiental. É em fusões e aquisições”, ressalta.

O especialista explica que o investimento estrangeiro melhor é aquele que vem constituir um novo ativo. “Mas, quando comprem os já existentes, os chineses

tendem a fazer um esforço de modernização. Isso é positivo”, avalia. Frischtak diz que não há risco de desnacionalização. “Um país com 15% do PIB de taxa de poupança não pode prescindir de investimentos estrangeiros. Ainda mais quando as estatais são capturadas por interesses políticos. Quem ameaça nossa soberania somos nós mesmos”, sentencia. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Interesse em energia

Os investimentos mais recentes dos chineses no Brasil apontam para um interesse maior no setor de energia. No ano passado, do total de mais de US\$ 12 bilhões anunciados, US\$ 6,6 bilhões foram no setor elétrico, aponta levantamento do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

Este ano, as compras da CPFL Energia e da Usina de São Simão, depois de uma tentativa de abocanhar parcela da Hidrelétrica de Santo Antônio, provam o apetite energético. Isso anima o governo, que vai leiloar 11 linhas de transmissão em dezembro, privatizar a Eletrobras, e tem duas rodadas de partilha de blocos do pré-sal marcadas para 27 de outubro.

Na opinião do presidente da InterB Consultoria, Cláudio Frischtak, os chineses são muito conservadores, estão cada dia mais sofisticados e sabem fazer contas muito bem. “Eles entraram no campo de Libra, que é um ativo de risco, porém, de classe mundial. Para a segunda e terceira rodadas do pré-sal, certamente estarão presentes e vão investir”, aposta.

á na privatização da Eletrobras, Frischtak tem dúvidas. “Pode até ser que algum fundo de pensão chinês queira entrar na Eletrobras, mas não vejo tanto interesse, porque eles querem controle, ou compartilhar o controle de gestão. A modelagem do governo não vai nessa direção”, comenta. O governo promete diluir sua participação com a capitalização da empresa por meio de uma oferta de ações, com a pulverização dos papéis e golden share (que garante poder de veto a quem a detém) da União.

Fernando Marcondes, do L.O. Baptista, concorda. “Na Eletrobras, se o caminho for da pulverização, afastará os investidores da China”, diz. Já no petróleo, Marcondes avalia que empresários chineses participaram da última rodada como observadores, com o objetivo de entrarem forte nas próximas, que envolvem o pré-sal.

Áreas estratégicas

Cláudio Porto, diretor da Macroplan, alerta para o interesse dos chineses em ativos que geram receita imediata. “Por exemplo, a Usina de São Simão, que já está em operação. Ao contrário de um bloco de petróleo do pré-sal, que exigirá alguns anos de desenvolvimento”, assinala. Porto lista setores atrativos para os chineses: “Agronegócio, para garantir suprimentos de longo prazo; energia, especialmente a elétrica, mas eles tenderão a diversificar; infraestrutura de transportes de alta capacidade, como rodovias, aeroportos, portos e ferrovias (essa última, se melhorar a modelagem de operação); e negócios de ocasião.”

No entender de Miguel Neto, sócio do escritório Miguel Neto Advogados, os empresários chineses também demonstram interesse pelo setor aéreo, com participação na Azul e no Galeão. “Eles vão olhar com apetite a nova rodada de concessão de aeroportos. Não estão mais investindo na economia velha. Preferem ser supridores de produtos para o Brasil, e apostar em áreas estratégicas”, projeta.(SK)

Fundo para infraestrutura

A criação de um fundo China-Brasil para investimento em infraestrutura foi literalmente um negócio da China. Já constituído, o fundo tem US\$ 20 bilhões em recursos, sendo que o banco estatal chinês entra com US\$ 15 bilhões e o Brasil, com US\$ 5 bilhões, na proporção de três para um. O poder decisório, no entanto, é igual para as duas nações. “Um bom negócio, não?”, indaga o presidente da Câmara Brasil-China, Charles Tang.

O secretário adjunto de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Renato Baumann, afirma que já recebeu 21 consultas para uso de recursos do fundo. Três projetos já foram formalizados. “Não podemos divulgar, só depois da aprovação”, diz.

Baumann explica que os empresários com interesse em investir precisam se credenciar, por meio de um formulário de carta consulta, com os dados essenciais, no site do ministério. “Isso é analisado em nível técnico pelo governo brasileiro e pelo governo chinês. A decisão final fica a cargo de um comitê, formado por autoridades dos dois países.”

Além de um instrumento de financiamento, o fundo deve intensificar as relações entre as duas nações, espera Baumann. “A expectativa é muito favorável. Há grande interesse. Isso deve ser um impulso importante para entrada de recursos chineses no país”, acrescenta.(SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Opinião**Autor:** Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**Título:** Vamos construir uma nova Cemig

A Cemig, nesses meses de 2017, viveu um período muito particular de sua história, cujas repercussões merecem ser detidamente avaliadas. O ano em que comemora os 65 anos de uma existência de muitas realizações em prol do povo das Minas Geais já está também marcado por uma luta sem par e desigual, travada pelo direito e pela justiça. E é preciso, de iguais modo e intensidade, ser caracterizado por uma nítida reorientação da companhia face à nova realidade.

As condições da Medida Provisória 579, editada ainda em 2012, já haviam transformado a empresa, à medida que venceram, sucessivamente, os termos das concessões de suas usinas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande, em mera prestadora de serviços de operação e manutenção dessas usinas, remunerada exclusivamente por esse serviço atendendo valores propostos pelo governo federal e com a energia gerada entregue às distribuidoras em cotas de garantia física. Nesse período, a Cemig teve acesso aos recursos energéticos das usinas tão somente enquanto manteve liminares concedidas pelas instâncias superiores da Justiça brasileira, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, aos quais a empresa recorreu para fazer valer a garantia contratual de ter essas concessões renovadas. No entanto, a receita proveniente desses recursos sempre foi de valor incerto, já que não poderiam ser contratados com o mercado consumidor, e sujeita à interrupção abrupta, como de fato aconteceu quando as liminares foram cassadas.

A Medida Provisória tão criticada, inclusive por proeminentes figuras do atual governo federal, foi ratificada por esse governo federal ao manter inflexivelmente sua aplicação ao caso das usinas da Cemig. É fácil constatar os malefícios da Medida Provisória impostos às empresas federais de geração que a ela aderiram em 2012, ao se observar o fraco desempenho operacional das usinas dessas empresas, que hoje têm índices muito abaixo do histórico, por absoluta incapacidade de fazerem frente aos investimentos, visto que a remuneração que recebem mal cobre os custos de operação e manutenção.

Foi uma luta sem par, porque os fatos e atos que se sucederam em torno da renovação da concessão de suas usinas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande foram capazes de transformar a empresa verdadeiramente em um estandarte pelo qual marcharam unidos mineiros os mais diversos: seus empregados, sem distinção de posição hierárquica; lideranças políticas de todos os matizes; líderes do empresariado e sindicatos de trabalhadores; movimentos sociais, entidades de classe e sociedade civil organizada. Nos poucos meses

finais de um processo que se estendeu por cinco anos, o tema galvanizou e mobilizou o interesse, a simpatia e a participação da sociedade mineira como poucas vezes se viram nestas terras.

Diversas ações judiciais, manifestações, atos públicos e reuniões foram realizados, no sentido de solucionar o litígio em torno das concessões dessas usinas. A Cemig, suportada pelo governo do Estado, realizou várias reuniões de negociação com o governo federal, recorreu a todas as instâncias e esferas de decisão, sempre pronta ao diálogo com sucessivas propostas de conciliação. À medida que dificuldades iam sendo colocadas, soluções alternativas foram incansavelmente apresentadas, todas com lastro legal e respaldadas por pareceres jurídicos. Infelizmente, não se viu igual disposição da outra parte cujo mantra era repetido à exaustão: R\$ 11 bilhões pagos em 2017. Mesmo tendo a Cemig apresentado alternativa que traria esse mesmo resultado, sua proposta foi desconsiderada por razões jamais explicadas.

Foi luta desigual porque foi travada contra a voracidade de um verdadeiro Leviatã de proporções inimagináveis, de cujas garras e presas torna-se impossível escapar: o governo federal e seu insaciável deficit público. Não importa quem se interponha no seu caminho, seja a empresa produtiva, seja o trabalhador, seja até mesmo um ente federado, todos engolidos. Até o ato jurídico perfeito representado por contrato firmado pelas mais altas autoridades do país sucumbiu ante argumentos nada convincentes de um suposto interesse público.

Foi uma luta pelo direito e pela justiça porque opôs, de um lado, o respeito pelo que foi livremente pactuado, a credibilidade da nação e a segurança jurídica, e, de outro lado, o peso discricionário da mão do Estado Brasileiro, a irresponsabilidade de uma solução imediatista que queima patrimônio público ao mesmo tempo em que onera o consumidor por 30 anos, e um arremedo para demonstrar a atratividade para o capital externo, ainda que a custo da iniciativa empresarial nacional. É sempre oportuno lembrar que o mérito de nossas ações no STF e no STJ não foram julgados e há ainda ações a ajuizar, como aquelas com as quais vamos pleitear as indenizações a que fazemos jus pelos investimentos realizados e ainda não amortizados e pelos prejuízos que temos com o rompimento unilateral do contrato de concessão.

Nessa situação, muito natural e inevitavelmente, o primeiro impacto da perda das usinas com a MP 579, finalmente consumada com o leilão do último dia 27, é de soar o alarme. Mas se é certo que a Cemig, de fato, foi golpeada nos seus direitos e na sua capacidade de gerar receitas e, conseqüentemente, de investir, é também indiscutível que a companhia possui ainda fortes e resistentes bases para lançar-se em uma nova fase, como inúmeras vezes aconteceu na sua história.

A excelência técnica e de gestão de seus empregados, reconhecida nacional e internacionalmente, permanece intacta e apta para os novos desafios. A estrutura física do maior sistema de distribuição de energia elétrica da América Latina, atendendo a um mercado de mais de 8 milhões de consumidores no centro industrializado do país; um portfólio de centrais geradoras próprias combinadas com outras nas quais tem participação em sociedade, que garantem à companhia forte participação no mercado e uma base de clientes invejável; negócios em transmissão com redes novas de qualidade reconhecida e fluxo de caixa robusto, são todos ativos capazes em seu conjunto de gerar receitas de mais de uma dezena de bilhão de reais por ano. A credibilidade que desfruta no mercado, com ações negociadas nas bolsas de São Paulo, Madri e Nova York, como bem demonstra sua participação no Índice Dow Jones de Sustentabilidade por 18 anos ininterruptos, dá fôlego à companhia para alongar o perfil de sua dívida e torná-lo compatível com sua geração de caixa no curto e no médio prazos.

De certa forma, a Cemig já vinha se preparando para essa situação, com medidas corajosas, mas necessárias, como a limitação de distribuição de dividendos ao limite mínimo legal. O lema imperativo é revisitar os fundamentos da empresa, em toda sua extensão: das finanças à operação; da estrutura organizacional à governança; do planejamento à execução; do suprimento ao atendimento ao mercado; do estabelecimento de metas aos controles; do programa de investimentos aos custos de operação e manutenção, à luz do compromisso inarredável com a eficiência operacional, o foco na produtividade, o controle de custos e o enquadramento aos limites regulatórios, a exemplo do bem-sucedido programa de desligamento voluntário.

O alinhamento que se construiu entre a diretoria da empresa, seu conselho de administração, seu sócio controlador, seus empregados e a sociedade civil de Minas Gerais precisa ser preservado, e certamente o será, com o intuito de preparar a Cemig para essa nova realidade e lançar as bases para uma empresa revigorada pelos desafios.

MME / ASCOM .